



www.e-planning.org

e-Planning, "**Washington Consensus**" e Geopolítica das TIC

Working paper, Pedro Ferraz de Abreu * (v. 15 Dezembro 2020)

1. A relevância do "**Washington Consensus**" e a teoria e-Planning

Um dos elementos chaves da teoria e-Planning das "*TIC e Geopolítica do Desenvolvimento*", ou simplesmente "*Geopolítica das TIC*" (TIC=Tecnologias de Informação e Comunicação), é a análise crítica do papel do chamado "**Washington Consensus**", pela influência marcante que teve na política seguida nas últimas décadas, nos países / regiões que foram os principais actores no surgimento do último Salto Qualitativo das TIC (América do Norte e Europa Ocidental), e que mais influenciaram vastas regiões no mundo (nomeadamente América Latina e África).

Mais concretamente, a importância do chamado "**Washington Consensus**", deriva directamente do peso económico e político de grandes potências como os USA e o UK, onde este "consenso" dominou durante décadas; e da influência económica e geopolítica que estas potências projectam muito para além das suas fronteiras (as "esferas de influência"), pelas relações de dependência variada (económica e militar).

Pode-se medir com bastante exactidão o alcance dessa influência, olhando para a acção concertada de instituições saídas de *Bretton Woods*, no pós-guerra (II Guerra Mundial), como seja o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, pois elas são claras correias de transmissão dessa influência. Basta verificar as condições impostas a países (incluindo Portugal) para receberem apoios e fundos dessas instituições. Essa imposição, como instrumento de forçar uma política, é significativa; pois essas instituições foram criadas, consensualmente, com o objectivo de apoiar o desenvolvimento e os povos, logo, não é "um favor" disponibilizar fundos para esse efeito, e sim cumprir a sua missão.

Assim sendo, o fio condutor da teoria e-Planning da Geopolítica das TIC é claro:

1. Demonstra, de resto em consonância com as conclusões consensuais nas Nações Unidas em 2001 (relatório UNDP), que as TIC têm um papel determinante e estruturante do desenvolvimento dos povos, comunidades, países e regiões, de forma transversal (nomeadamente economia e democracia);
2. Demonstra, na tese do último grande "Salto Qualitativo das TIC" (Ferraz de Abreu, 2002), que as actuais TIC têm uma natureza intrínseca tal que facilita o seu acesso, difusão e uso, de forma generalizada e simétrica, e como tal promotora de desenvolvimento universal, participativo, inclusivo e coeso;
3. Constata, como reconhecem relatórios das próprias instituições "main stream" saídas de *Bretton Woods* (IMF, BM) e afins (OCDE) que, paradoxalmente, as desigualdades na sociedade têm aumentado, em vez de diminuir, tanto entre países ricos e pobres, como entre ricos e pobres em cada país; e que essa dinâmica de desigualdade ameaça gravemente a sociedade – e a Humanidade - como um todo;

* e-Planning Lab, FA-U. Lisboa, MIT, CITIDEP (pfa@mit.edu)

4. Demonstra, de resto em consonância com as conclusões predominantes na ciência política e de economia política, e da evidência empírica ao dispôr, que a prática do poder político e económico, exercido sob a forma de políticas (*policies*) dominantes, é um factor determinante e estruturante do desenvolvimento dos povos, comunidades, países e regiões, de forma transversal (nomeadamente economia e democracia);

5. Conclui que a hipótese mais forte, até pela "*razoura de Occam*" (*novacula Occami*), é que a responsabilidade principal pelo incremento contínuo de desigualdade, cabe:

a) ao fracasso (das boas intenções), ou sucesso (das intenções perniciosas) da política veiculada pelo chamado "*Washington Consensus*";

b) Ao uso, desenvolvimento e difusão das TIC de forma "contra-natura", ou seja, ao arrepio e contrariando aquilo que é a sua natureza e potencial intrínseco, distorcendo-as deliberadamente e artificialmente no sentido oposto à sua natureza, para conseguir arrecadar e concentrar benefícios numa elite já privilegiada.

6. Apresenta desde já múltipla evidência (Ferraz de Abreu, P. et al 2020) comprovativa dessa hipótese, em especial no que respeita a:

a) as falhas e limitações das tentativas de corrigir ou limitar os estragos da política "*Washington Consensus*", nomeadamente no que respeita ao esforço regulatório, até pelos desafios do novo quadro tecnológico, ao quadro institucional e regulatório;

b) as distorções no uso, desenvolvimento e difusão das TIC, e os mecanismos da apropriação indevida das mais-valias da inovação tecnológica.

2. O que é o "*Washington Consensus*", na teoria e-Planning

Então afinal, em que consiste o chamado "*Washington Consensus*"?

Uma vez que existem várias "definições", como de resto reconhece quem, alegadamente, primeiro usou essa expressão (John Williamson), é importante tornar claro o seguinte: a teoria e-Planning não têm qualquer interesse em disputar interpretações, nem "paternidades" desta ou daquela designação. O que interessa, para a teoria e-Planning, é a substância do **corpo de políticas efectivamente dominantes nas últimas décadas**, e não que nome ou designações alguém lhes queira atribuir.

Porque usamos então a designação "*Washington Consensus*"? Primeiro que tudo, porque, qualquer que seja a interpretação que alguns lhes querem dar, persiste um padrão próximo da realidade desse corpo de políticas ("*W. C.*") em causa. Segundo, e apesar de Williamson, anos depois, declarar ter sido "infeliz" (Williamson 2004) ter usado "*Washington*" nessa designação, pela inferência (de que Williamson discorda) sobre "o papel dos USA", toda a evidência científica aponta efectivamente para um papel central dos USA nesta matéria.

Por isso, vale a pena enumerar aquilo que alguns chamam "the original" "*Washington Consensus*":

"These are the ten specific principles originally set out by John Williamson in 1989:"

1. Low government borrowing. The idea was to discourage developing economies from having high fiscal deficits relative to their GDP.
2. Diversion of public spending from subsidies to important long-term growth supporting sectors like primary education, primary healthcare, and infrastructure.
3. Implementing tax reform policies to broaden the tax base and adopt moderate marginal tax rates.
4. Selecting interest rates that are determined by the market. These interest rates should be positive after taking inflation into account (real interest rate).
5. Encouraging competitive exchange rates through freely-floating currency exchange.
6. Adoption of free trade policies. This would result in the liberalization of imports, removing trade barriers such as tariffs and quotas.
7. Relaxing rules on foreign direct investment.
8. The privatization of state enterprises. Typically, in developing countries, these industries include railway, oil, and gas.
9. The eradication of regulations and policies that restrict competition or add unnecessary barriers to entry.
10. Development of property rights.

(Agarwal, Prateek 2018) "The Original Principles of The Washington Consensus", The Intelligent Economist", April 30, 2018, <https://www.intelligenteconomist.com/washington-consensus/>

Mas porque não citar simplesmente Williamson, a quem é atribuída a "paternidade" do termo e dos "princípios"? Bem, porque, aparentemente, Williamson os terá apresentado no decorrer de uma intervenção numa Conferência, em 1989. Ora o próprio Williamson, notoriamente agastado pela onda de críticas, como a de representar a cartilha neo-liberal, acabaria por (re)escrever a sua versão posteriormente, de que reproduzimos uma delas:

1. "Budget deficits...small enough to be financed without recourse to the inflation tax."³
2. "...redirecting [public] expenditure from politically sensitive areas [that]... receive more resources than their economic return can justify...toward neglected fields with high economic returns and the potential to improve income distribution, such as primary health and education, and infrastructure."
3. "Tax reform...[so as to broaden] the tax base and cut... marginal tax rates."
4. "Financial liberalization, [involving] an ultimate objective...of market- determined interest rates."
5. "...a unified...exchange rate...at a level sufficiently competitive to induce a rapid growth in nontraditional exports."
6. "Quantitative trade restrictions should be rapidly replaced by tariffs, and these should be progressively reduced until a uniform low rate of 10 [to 20] percent is achieved."
7. "Barriers impeding the entry of foreign [direct investment] should be abolished."
8. "Privatization of state-owned enterprises."
9. "[Abolition of] regulations that impede the entry of new firms or restrict competition."
10. "The legal system should provide secure property rights without excessive costs and make these available to the informal sector."

(Williamson, J. 2004) "The Washington Consensus as Policy Prescription for Development", Lecture at World Bank, January 13, 2004.

Como referimos, se esta ou aquela é que é a "verdadeira versão" "original", pouco ou nada nos interessa para o caso. O que já é interessante, é anotar quem é o alvo principal da irritação de Williamson. Dirigindo-se ao "uso do termo" por Stiglitz (o prémio Nobel):

*"(...) those who use the term in this way (of whom the most intellectually eminent is Joe Stiglitz) (...) I regard this usage of the term as **mischievous**." (ibidem, negrito meu)*

Ora, no essencial, a realidade sobre a prática política seguida, é indiscutível. Vejamos como há de facto um grande "consenso" sobre o que significam estas medidas:

No "*intelligent economist*":

*"The Washington Consensus refers to a **set of free-market economic policies supported by prominent financial institutions such as the International Monetary Fund, the World Bank, and the U.S. Treasury**. A British economist named John Williamson coined the term Washington Consensus in 1989.*

*The ideas were intended to help developing countries that faced economic crises. In summary, The Washington Consensus recommended structural reforms that increased the role of market forces **in exchange for immediate financial help**. Some examples include free-floating exchange rates and free trade.*

Critics have pointed out that the policies were unhelpful and imposed harsh conditions on the developing countries, others have defended the long-term positive impact of these ideas."
(Agarwal, Prateek 2018, negrito meu)

Na enciclopédia *Britannica*:

*"Washington Consensus, a set of economic policy recommendations for developing countries, and Latin America in particular, that became popular during the 1980s. The term Washington Consensus usually refers to the level of agreement between the **International Monetary Fund (IMF), World Bank, and U.S. Department of the Treasury** on those policy recommendations. All shared the view, typically labelled neoliberal, that the operation of the free market and the reduction of state involvement were crucial to development in the global South.*

(...)

The World Bank and IMF were able to promote that view throughout the developing world by attaching policy conditions, known as stabilization and structural adjustment programs, to the loans they made. In very broad terms, the Washington Consensus reflected the set of policies that became their standard package of advice attached to loans."


(Hurt, Stephen R. 2007, negrito meu)

Por isso, os esforços de Williamson para redefinir ou "clarificar" se disse isto ou aquilo, não têm qualquer relevância. O que importa, como para a teoria e-Planning, é definir com clareza quais os traços determinantes da política adoptada ao longo das últimas décadas, por quem alternou no poder. Tanto nos Governos, como ao leme das instituições com o poder do FMI e BM (nos USA, no essencial, os Partidos Democratas e Republicano; na UE, os partidos socialistas/sociais democratas/trabalhistas e democrata-cristãos/conservadores).

Ou seja, interessa identificar quais os traços dominantes que perduraram, para além das evidentes diferenças, tanto derivadas das conjunturas, como das inflecções derivadas de agendas partidárias. Se chamamos a isso "*Washington Consensus*", é porque, *malgré* as reclamações do Sr. Williamson, a sua designação e os "princípios" associados a esse termo, têm correspondência com esses traços dominantes. Na UE, poderíamos, por exemplo, usar a designação de "o centrão", ou seja, um espaço no "arco de governação" que vai dos

partidos ditos cristãos-democratas / conservadores, aos partidos ditos socialistas/sociais democratas.

Eis como se chega à formulação do "Washington Consensus" na teoria e-Planning:



ICT and Geopolitics of Development

"Washington Consensus"

- **Government as enabler, not provider**
 - Public sector restricted to "sovereignty functions"
 - End of "welfare" state, commoditization of health, social security, etc.
- De-regulation (self-regulation for corporations)
- Low taxes for corporation as investment & job creation incentive
- **"Globalization"**
 - "free trade" -> end of protectionism
 - "free-market" -> free circulation of capital (not people)
 - specialization niches, export oriented economies

© 2008-20 by Pedro Ferraz de Abreu, all rights reserved

28

(Ferraz de Abreu, P. 2020) "As TIC e a Geopolítica do Desenvolvimento", Fund. de e-Planning, 2020

Evidentemente, esta análise conjunta do factor TIC e do factor *W.C. Policies*, abrange apenas a esfera de influência deste "Washington Consensus". Mas ela é válida nessa esfera. Com efeito, podemos constatar como este "consenso" foi preservado, mesmo quando os partidos no interior deste espaço de "consenso" se degladiavam entre si agressivamente, na sua luta pelo poder. Alguns exemplos:

- Government as enabler, not provider

Public sector restricted to "sovereignty functions"	Congresso do Partido Socialista (Sócrates), em Portugal, aprova uma natureza distinta (incluindo na natureza dos contratos dos empregados na administração pública), entre as áreas da segurança, diplomacia e relações externas ("soberania"), etc., e as áreas da saúde, transportes, educação ("serviços"), etc, que foram abertas agressivamente ao sector privado. O mesmo sucede com a onda de privatizações de empresas em sectores estratégicos (Comunicações, Energia, Correios, etc), tanto por Governos PS como PSD.
End of "welfare" state, commoditization of health, social security, etc.	A abertura a privatização da saúde teve lugar num Governo PSD, mas de imediato seguida por Governo PS (Guterres), "seguros" privados para a reforma, apoios a escolas privadas, etc., em oposição ao monopólio do estado na responsabilidade social (SNS, Reformas, etc), incluindo revisão constitucional, onde o PS eliminou o anterior consagrado direito gratuito ao SNS, passando a "tendencialmente gratuito".

De-regulation (self-regulation for corporations)	Cedência crescente do poder regulador do Estado a agências "independentes" (ou seja, independentes do voto democrático, mas dependentes do poder económico), tanto em Governos PS como PSD/CDS; facilitação de despedimentos de trabalhadores, em oposição ao regime anterior de protecção que gozavam, favorecendo a vontade arbitrária das empresas privadas; etc.
Low taxes for corporation as investment & job creation incentive	Baixa de IRC tanto em Governos PS como PSD/CDS, e políticas de subsídios / isenções de impostos para "incentivo" a localização de empresas; e enquanto se diminuiam impostos a empresas privadas, assumiram as dívidas das mesmas, por via de cobrir os "buracos" na banca privada, ligada aos interesses dessas empresas.

De notar que o caso de Portugal poderia ser considerado como um caso de **"dados hostis" à tese e-Planning** (o que a **reforça** ainda mais); pois que os Governos PS em Portugal tenderam, apesar de tudo, a estar bem mais em contra-ciclo com os Governos PSD (ou PSD/CDS), do que os seus equivalentes nos países dominantes na Europa (Alemanha, França, UK, etc.). Não é por acaso que em Portugal, o PS viria a afastar-se desse "consenso" e formar a "Geringonça", aliando-se (pela primeira vez em 40 anos) aos partidos à sua esquerda para formar governo. Tal cenário não se vislumbra nos países dominantes da UE.

De resto, isso torna-se ainda mais evidente se quisermos ir buscar exemplos das componentes caracterizantes do *"Washington Consensus"* na União Europeia, quanto a *"Globalização"* (*"free trade" -> end of protectionism; "free-market" -> free circulation of capital - not so much of people; specialization niches, export-oriented economies*).

3. O "Washington Consensus" no MIT e a teoria e-Planning

O Massachusetts Institute of Technology, de onde saem muitos quadros de instituições como o Banco Mundial e que mantêm laços estreitos com programas de "AID" ("ajuda" ao desenvolvimento na esfera de influência "ocidental"), é um bom estudo-caso para acompanhar a evolução do *"Washington Consensus"* – tanto na sua defesa, como na crítica.

Foi no MIT (anos 90) onde testemunhei a primeira formulação que marca o tom desse *"consensus"*, embora antes de ouvir essa designação: a tese, atribuída a um alto quadro do Banco Mundial (Cohen?), de que entráramos na "era" do *"Government as Enabler, not Government as Provider"*. O Estado deveria abandonar a sua presença na produção / serviços, e assumir o seu papel de "facilitador" (leia-se: promotor) da iniciativa privada.

Como típico da "marca" que o *"Washington Consensus"* viria a consolidar, a expressão tinha a dose certa de ambiguidade para agradar a todo o espectro do "consenso": permitia aos neo-liberais interpretar como preconizando a não interferência do Estado nas empresas privadas, ou seja, des-regulação (mascarada de "auto-regulação"), e aos "keynesianos" e afins, interpretar como pretendendo reservar ao Estado o papel de regulador, à medida que este abandona funções de produtor/"fornecedor".

A prática política do *"Washington Consensus"* inclinar-se-ia mais para um lado ao outro, resultando da relação de forças em cada conjuntura. Mas a experiência mostrou que a

dinâmica de recuo do papel do Estado, favorece a lógica (e a prática) de des-regulação, ou mesmo a pura e simples captura do poder regulatório pelo sector privado, disfarçada na figura de agências reguladoras "independentes" – ou seja, fora do controle directo do voto (e consequentemente, do escrutínio) popular.

Não admira pois o discurso académico cada vez mais agressivo: "*Government should be an enabler, not an inept provider*", diz, já em 2010, Jessica Seddon Wallack, uma "estrela" do Institute for Financial and Management Research e Director of the Centre for Development Finance at the Institute of Financial and Management Research (IFMR)" (Warrier, Shobha 2010, **negrito meu**). E de onde vem a "estrela"? "*She did her B.A. from Harvard University and her PhD from Stanford University Graduate School of Business.*" (ibidem). Ou seja, a "nata" da elite intelectual e na academia – não só do MIT.

Note-se este *mantra* a ser dito em 2010, anos depois de os "*ineptos*" governos terem sido chamados por estas e outras "estrelas" a salvar, com triliões de dollars de dinheiros **públicos**, o muito "*apto*" sector **privado**, das **suas** privadas falências em cadeia. Admirável.

Mas foi no MIT, e ainda no anos 90, que teve lugar um dos incidentes mais notáveis – e reveladores sobre a substância do "*Washington Consensus*": o **caso Larry Summers**.

Summers, do partido republicano, de direita, foi Presidente de Harvard (ref. incidente com fundador do *facebook*, narrado no filme "*The Social Network*"), e Secretário do Tesouro do Governo republicano, onde defendeu e beneficiou interesses da elite financeira.

Na altura em causa, Summers era *Chief Economist* do Banco Mundial (WB). Houve alguém do meu Dep. (no Dept. of Urban Studies & Planning do MIT), que fez um *Leak* (antes do *Wiki Leaks*) de um memorando dele, enquanto *Chief Economist* do WB (muitos alunos saíam do meu Dept. no MIT para os quadros do WB). Entre outras coisas, esse *memorandum* dizia:

"'Dirty' Industries: Just between you and me, shouldn't the World Bank be encouraging MORE migration of the dirty industries to the LDCs?" [Less Developed Countries]. (...) "the economic logic behind dumping a load of toxic waste in the lowest wage country is impeccable and we should face up to that.(...)" (Summers, L. 1991)

Summers equaciona que, na economia de mercado, (ou seja, no sistema capitalista), há um nível "*ótimo*" de *eficiência económica da poluição*, como gerador de riqueza, motor da economia. Pelos vistos, poluição *qb* gera valor... talvez indústrias para despoluir, etc. Afirma mesmo que "sempre pensou" que países em África (com demasiado espaço livre...), não tinham ainda a poluição que deviam ter, para atingir essa "*eficiência*".



"(...) a given amount of health impairing pollution should be done in the country with the lowest cost, which will be the country with the lowest wages. I think the economic logic behind dumping a load of toxic waste in the lowest wage country is impeccable and we should face up to that.(...)"

"I've always thought that under-populated countries in Africa are vastly UNDER-polluted, their air quality is probably vastly inefficiently low compared to Los Angeles or Mexico City."

(Summers, L. 1991); (Ferraz de Abreu, P. 2001).

Mas mais forte ainda, foi a demonstração da "*lógica impecável*", em termos económicos, de "*despejar lixo tóxico*" (sic) nos países de baixos salários, uma vez que os custos de saúde causados por poluição são mais altos nos países desenvolvidos – com salários altos.

O WB não negou este *memorandum*, mas disseram que era só um ensaio para debate...

Dez anos depois, com o "*Washington Consensus*" a todo o vapor, tive ocasião de discutir o significado profundo deste memorandum, numa conferência no México, e apresentar uma tese a contra-corrente, sobre a evolução da mobilidade (do Capital e do Trabalho) na "Globalização", tendo em conta o salto tecnológico.

De facto, a tese Summers corresponde a protagonizar o aproveitamento dos saltos tecnológicos para promover a **mobilidade do Capital**, não apenas em termos de mobilidade financeira (o sentido habitual da chamada "livre circulação de capital"), mas também em termos de mobilidade económica: como será o caso de deslocar / re-localizar fábricas e indústrias, de um lado para o outro no planeta, em função da optimização do ganho – tanto directo, como no que respeita à gestão das externalidades (como a poluição, neste caso).

Ora a **mobilidade do Trabalho** (pessoas), que o salto tecnológico também facilita, não estava a ter a mesma promoção, antes pelo contrário. O que indicia uma "Globalização" desenhada á medida da elite económica, e "contra-natura". A tabela ilustra o argumento.

	Globalization	1960		2000	
	Component	Mobility	Restrictions	Mobility	Restrictions
CAPITAL	Finance	Days -> Hours	Moderate	(++) Seconds	(--) Low
	Economy	Years	High -> Moderate	(+) Months	(-) Moderate -> Low
	War	Years	Bi-polar world	(+) Months -> Days	(-) Hegemonic Alliance
LABOUR	Citizen (internal)	Year -> Months	Low	(>=) Year -> Months	(=) Low
	Refugee	Years -> Months	High	(>=) Year -> Months	(>=) High
	Economic Migrant	Years	High	(=) Years	(+) Very High -> High (Regional)

(Ferraz de Abreu, P. 2001). "Towards a new framework for citizen mobility within modern democracy".

Está o "Washington Consensus" a acompanhar a Globalização "natural", ou afinal a lutar contra ela? Não serão as actuais políticas antes a favor de um certo "modelo de Globalização" contra-natura, mas que preserve a actual estrutura do poder?

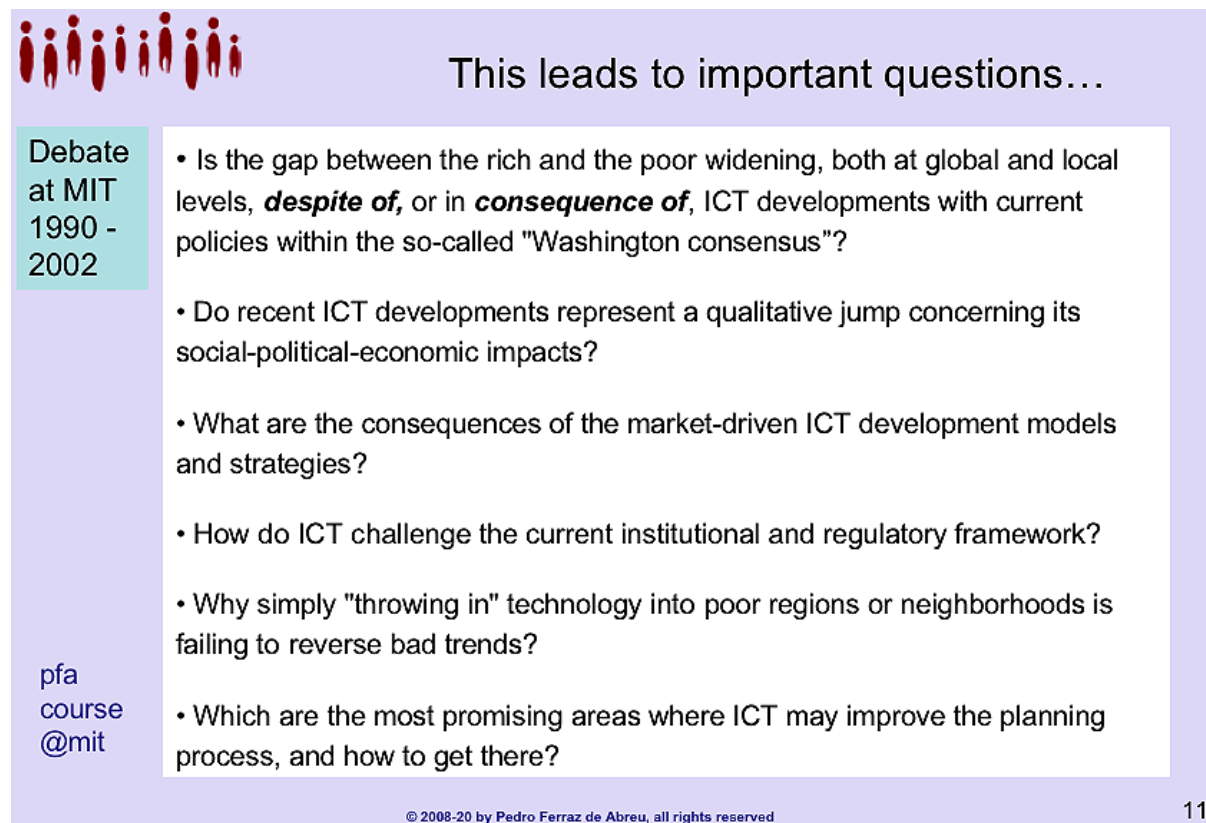
Na realidade, a Globalização não é um fenómeno novo: A I Guerra Mundial pode ser vista como uma primeira expressão (brutal) de um mundo globalizado. A diferença está nos quadros políticos, económicos e tecnológicos :

- Na *era* anterior da máquina a vapor e da emergente Revolução Industrial, e tecnologias de informação e comunicação de tipo "broadcast", ou seja, de natureza assimétrica, quanto a acesso e difusão das TIC, diferenciando entre centros e periferias;

- Na nossa *era* de computadores + redes mundiais, na emergente globalização, com a emergente Economia da Informação (Conhecimento), com TIC de tipo *rede*, ou seja, de natureza simétrica, não diferenciando entre emissores e receptores, no acesso e difusão.

Ora estas características do salto tecnológico na nossa *era*, **não** justificam a promoção desigual da mobilidade do Capital (finanças, economia) vs. Trabalho (pessoas).

A controversia em torno do "Washington Consensus" influenciou pois a formulação de perguntas de investigação e-Planning, em debate no MIT, que se aprofundou desde 1990, e sintetizado em 2003 no exemplo do slide seguinte:



This leads to important questions...

Debate at MIT 1990 - 2002

- Is the gap between the rich and the poor widening, both at global and local levels, **despite of**, or in **consequence of**, ICT developments with current policies within the so-called "Washington consensus"?
- Do recent ICT developments represent a qualitative jump concerning its social-political-economic impacts?
- What are the consequences of the market-driven ICT development models and strategies?
- How do ICT challenge the current institutional and regulatory framework?
- Why simply "throwing in" technology into poor regions or neighborhoods is failing to reverse bad trends?
- Which are the most promising areas where ICT may improve the planning process, and how to get there?

pfa
course
@mit

© 2008-20 by Pedro Ferraz de Abreu, all rights reserved

11

(Ferraz de Abreu, P. 2003, 2020) "As TIC e a Geopolítica do Desenvolvimento"

Estas questões fizeram parte da agenda do primeiro curso e-Planning no MIT, também um produto desta discussão: o *e-Planning Seminar* (2003), no Dept. "Urban & Regional Studies".

ePlanning Seminar (course 11.950 syllabus), MIT 2003/2004

Tópicos: (A-Ambito)

<p>1) Nível comunitário: Planeamento e-Comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Sistemas de informação de bairro Sistemas estatísticos comunitários e-Bairros Capacitar a comunidade 	<p>2) Nível Cidade: Melhorar o Desempenho da Cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Conhecimento da cidade e meta-conhecimento Medição e monitorização de actividades e desempenho da cidade Aprender sobre cidades através das TIC Infraestrutura de TIC para a cidade e-Governo / e-Planeamento
<p>3) Nível Global: O desvanecer das fronteiras entre o planeamento Regional, Nacional e Local</p> <ul style="list-style-type: none"> e-Governo e e-Planeamento: novas inter-dependências entre os níveis nacional, regional e local Movimentos e-sociais e impacto multi-nível Governança informal e desafios para a soberania terrestre 	

Tópicos: (B-Assuntos)

<p>1) Participação Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> •Tecnologias de Informação e Comunicação para fortalecer os cidadãos •Tecnologias do Conhecimento para responsabilizar a participação dos cidadãos •Nova responsabilização de cidadãos com a des-regulação •Novo papel do planeamento em governança <p>2) Privacidade, Segurança e liberdades no e-Mundo</p> <ul style="list-style-type: none"> •Planeamento, TIC e compromisso entre a segurança e a liberdade •Vulnerabilidade dos e-dados e livre circulação de informação •Nova e-manipulação e padrões (standards) de metadados •Serviços locais e acesso de dados: (Big-brother vs. monitorização eficiente) Preservação dos direitos individuais (livre circulação de informação vs. protecção contra uso impróprio da informação, segurança em viagem e acesso ao espaço da cidade vs. mobilidade dos cidadãos, privacidade na comunicações - Internet, <i>voice over internet</i>, etc.). 	<p>3) Modelagem Urbana e Desenho Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> •As implicações de modelos transparentes e espaços urbanos sensíveis •A mudança nas dinamicas da economia da localidade •Quem beneficia com GIS (SIG) e análise espacial •A geografia da mudança no <i>e-World</i> •Novas relações espaciais (e.g., <i>e-abutters</i>) •Facilitar a partilha de modelos e dados de planeamento <p>4) Planeamento ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> •Participação dos cidadãos na análise de impacto ambiental •Planeamento de Kyoto e transportes •Impactos do <i>EnviroMapper</i> como estratégia de informação pública •Análise espacial e justiça ambiental <p>5) Reforma Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> •Emergência de novos quadros com impacto real no planeamento e governança formal e informal •Planeamento na sociedade baseada no conhecimento •e-Responsabilização •Mudanças nos centros de decisão e-Governo TIC desafiam o paradigma hierárquico na administração pública
---	---

(Ferraz de Abreu, P. 2003) "e-Planning Seminar", MIT – DUSP.

4. Síntese sobre "Washington Consensus", na teoria e-Planning

Em síntese:

Não obstante o potencial das novas TIC de desenvolvimento simétrico e abrangente, a uma escala nunca antes ao alcance da Humanidade, e o assumido reconhecimento institucional desse potencial, o fosso entre os mais e os menos desenvolvidos não só se mantém, como tem aumentado;

Contudo, existe uma correlação entre a difusão do acesso às novas TIC e os níveis de desenvolvimento, assim como da qualidade da estrutura económica dos países, que confirma o papel-chave das novas TIC no desenvolvimento.

O Salto Qualitativo das novas TIC traz consigo novas formas de produção, de reprodução de capital, de organização da economia e da administração (Ferraz de Abreu, P. 2002, 2020).

Tal como antes o caminho de ferro, e depois as estradas, adquiriram um papel estruturante do desenvolvimento e do ordenamento do território, as novas TIC trazem uma nova dimensão para o ordenamento e desenvolvimento.

As novas TIC trazem pois consigo:

- Novas regras do jogo / novas dinâmicas na economia da informação e do conhecimento / potencial de favorecer inclusão e coesão / risco de novas assimetrias.
- Erosão da soberania "tradicional" do Estado (desafio de controlar novas fronteiras / nova dimensão do território).
- Novos desafios ao equilíbrio entre 'Desenvolvimento & Segurança vs Liberdade e Democracia'.

As novas TIC podem pois ampliar desequilíbrios e aumentar as falhas de mercado, ou o inverso, consoante as políticas em vigor e a relação de forças no controle da direcção do desenvolvimento e uso das próprias TIC e correspondentes infraestruturas.

Como nas últimas décadas tem predominado de forma consistente, uma política económica e correspondente desenho geopolítico ("Washington Consensus"), abrangendo também os países que mais protagonizaram este salto qualitativo tecnológico, temos de concluir que, na melhor das hipóteses, falhou - ou, na pior das hipóteses, que é ela a responsável pelo aumento deste fosso.

Uma das conclusões chave da teoria e-Planning, é a centralidade do fenómeno de controle e apropriação desigual das mais-valias da inovação tecnológica. Um factor incontornável para compreender o mecanismo motor da (des)igualdade social; sem o que dificilmente se poderá construir uma sociedade mais justa e equilibrada.

5. O pos-"Washington Consensus", na teoria e-Planning

Na realidade, devemos delimitar o período de vigência do "Washington Consensus", dos anos 70, até à emergência do *Tea Party* (facção do Partido Republicano) nos USA, e do fortalecimento da correntes xénofobas-populistas na Europa, no virar da primeira década do novo milénio. Porque representam uma inflecção importante em componentes do "Washington Consensus" (como o caso do uso deliberado de deficits estatais gigantes), ou mesmo a pulverização desse "consenso" em certas esferas (como a do protecionismo no comércio e da "entente" bi-partidária no equilíbrio dos poderes executivo-legislativo-tribunais). O consulado de Trump é disso prova.

Por sua vez, a oposição ás teses do "Washington Consensus", correm o risco de falharem o alvo, por não se aperceberem da natureza, alcance e significado desta viragem.

Acresce ainda a escassa compreensão do novo quadro tecnológico, resultante do ultimo Salto Qualitativo nas Tecnologias de Informação e Comunicação; e de como esse novo quadro tecnológico altera substancialmente tanto os problemas que enfrentamos, como o novo espaço de soluções que se abre à nossa frente e está ao nosso alcance.

Terminamos por isso esta análise crítica, com uma ante-visão do que poderia ser outro tipo de pos-"Washington Consensus": um **exemplo** de formulação de políticas, libertas desse colete de forças desse "consenso" que nos arrasta num pântano, faz demasiados anos, mas sim em harmonia com o potencial aberto pelas novas tecnologias.

Apresenta-se pois este quadro (1a versão, apresentada em *Ferraz de Abreu, P. 2001*, adaptado em 2020), como uma base de trabalho, não como uma tese demonstrada.

Políticas típicas do "Washington Consensus"	Políticas em harmonia com o salto das TIC
<p>Fixar a população nos LDC* através de programas de ajuda. (* LDC - Least Developed Countries)</p> <p>Trickle Down Economics: fosso salarial como "incentivo". Desemprego e emigrantes para mão-de-obra barata;</p> <p>Desinvestimento na responsabilidade pública no Ensino; Hierarquia na Educação (separar ensino profissional e académico).</p> <p><u>Estado forte</u> em militares e policia, <u>Estado fraco</u> em regulação e serviço público ("Fortalezas" regionais e repressão de emigrantes ilegais; infraestrutura TIC nas mãos de um oligopolio de multinacionais).</p> <p>Hierarquia de direitos, com emigrantes no fim da escala.</p>	<p>Aceitar mobilidade do Cidadão como parte natural da Globalização.</p> <p>Direitos dos trabalhadores expandidos à escala mundial; fim dos paraísos "offshore" de baixos salários.</p> <p>Esforço global de Educação para alargar a distribuição do conhecimento e adaptabilidade; Mobilidade entre os graus profissionais e académicos.</p> <p>Forte responsabilização do Estado em serviços públicos e regulação; Assegurar verdadeiro mercado e acesso universal à infraestrutura de informação.</p> <p>Integração democrática local de todos os cidadãos, incluindo imigrantes (direitos representativos e participativos).</p>

6. Bibliografia

Ferraz de Abreu, P. et al (2020), "e-Planning & Ubiquity / e-Planeamento & Ubiquidade", 386pp, C-Press, 2020, ISBN 9789899866133

Ferraz de Abreu, P. (2020) "As TIC e a Geopolitica do Desenvolvimento", slides, curso de Fundamentos de e-Planning, Programa Doutoral Conjunto (FA-UL, FC-UL, FCT-UNL) em e-Planning, 2020

Ferraz de Abreu, P. (2020). " e-Planning Foundations", slides & syllabus, e-Planning Joint PhD Degree Program, UA-UL-UNL, 2008-2020. Chapters: "*Roots of e-Planning*", "*The Qualitative Jump of the new Information and Communication Technologies*", "*Geopolitics of the Information Society: ICT and Development Strategies*", "*New ICT impact on Public Policies*", "*ICT & Ethics - The Challenge Privacy & Liberties vs. Eficiency & Security*", 2008-2020.

Ritz, Ben (2020), "2019 Was Officially Trump's First Trillion-Dollar Deficit. Will Democrats Debate It?", Forbes, Jan 13, 2020

<https://www.forbes.com/sites/benritz/2020/01/13/2019-was-officially-trumps-first-trillion-dollar-deficit-will-democrats-debate-it/#4be857975c32>

Spross, Jeff (2020). "The paradox of Trump's trillion-dollar deficit", The Week, 15 Jan. 2020

<https://theweek.com/articles/889337/paradox-trumps-trilliondollar-deficit>

Agarwal, Prateek (2018), " The Original Principles of The Washington Consensus", Intelligent economist, April 30, 2018

<https://www.intelligenteconomist.com/washington-consensus/>

Ferraz de Abreu, P. (2018) "Citizen & Capital Mobility Today: The e-Planning Framework", Keynote , IX PostGraduate Conference on Management, Hospitality & Tourism, ESGHT-ISCAL, Ualg, 6 July 2018.

Stiglitz, J.E. (2017). "The Revolution of Information Economics- The Past and the Future". NBER Working Paper No. 23780, Issued in September 2017, NBER Program(s):Development Economics

<https://www.nber.org/papers/w23780>

OECD-COPE (2017). "Understanding the Socio-economic Divide in Europe". OECD Centre for Opportunity and Equality (COPE), 26 January 2017, OECD, Paris.

Ferraz de Abreu, P. (2015). "Os charlatões da Academia e a cassette 'neo-liberal' : O mito do sector privado como exclusivo gerador de riqueza". Working Paper, e-Planning Lab.

Ferraz de Abreu, P. (2014). "A 'Peste Grisalha' e nova 'Solução Final' em curso", CRPP , 1(9), pp 12-20, ISSN 2183-8380.

http://esquerda.link/docs/PFA_a-pestre-grisalha-e-a-nova-solucao-final-em-curso.pdf

Savoldi, F., Ferraz de Abreu, P. (2014). "Internet, social capital and e-inclusion in the post-conflict Belfast. Expectations of community workers". Journal of Urban Technology (JUT), Volume 21, Issue 3, 2014, pages 49-66, ISSN 1063-0732, DOI 10.1080/10630732.2014.940712

Savoldi, F. & Ferraz de Abreu, P. (2012). "Technopolitic: sophistication and new dichotomies. The Governments' response to the activists, raises emerging issues.", International Journal of Scientific and Engineering Research (IJSER) Volume 3, Issue 8, August 2012. ISSN 2229-5518.

[http://www.labtec-cs.net/docs/FSA-PFA_Technopolitic-sophistication-and-new-dichotomies\(1\).pdf](http://www.labtec-cs.net/docs/FSA-PFA_Technopolitic-sophistication-and-new-dichotomies(1).pdf)

Ferraz de Abreu, P. (2011), "Salto Tecnológico e Modelo Social", entrevista in Silva, E. & Vilarigues, S. (eds) "Pontes de Mudança: Sociedades Sustentáveis e Solidárias", Antagonista, 2011, 183 pags, pp 149-156.

Strauss-Kahn, D. (2010). "Human Development and Wealth Distribution", By Dominique Strauss-Kahn, Managing Director, International Monetary Fund (IMF), Agadir, November 1, 2010.

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/sp110110>

Warrier, Shobha (2010), "Govt should be an enabler, not an inept provider", business.rediff, Chennai, August 4, 2010

<https://business.rediff.com/slide-show/2010/aug/04/slide-show-1-interview-with-economist-jessica-seddon-wallack.htm>

OECD (2008). "Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries", October 2008, ISBN 9789264044180

Hurt, Stephen R. (2007), " Washington-consensus", Encyclopedia of Governance, SAGE (2007), Britannica

<https://www.britannica.com/topic/Washington-consensus>

Williamson, John (2005), "The Strange History of the Washington Consensus", Journal of Post Keynesian Economics, Vol. 27, No. 2 (Winter, 2004-2005), pp. 195-206 (12 pages), Published By: Taylor & Francis, Ltd.

<https://www.jstor.org/stable/4538920>

Williamson, John (2004). "The Washington Consensus as Policy Prescription for Development", Institute for International Economics, lecture in the series "Practitioners of Development" delivered at the World Bank on January 13, 2004.

Ferraz de Abreu, P., Ferreira, J.Jr. (2003), "e-Planning" Seminar at DUSP, MIT", MIT, Fall 2003
http://www.labtec-cs.net/docs/PFA-JFJ_e-planning2003us.pdf

Ferraz de Abreu, P. (2020) "e-Planning, "Washington Consensus" e Geopolitica das TIC", WP

Ferraz de Abreu, P. (2002), "New Information Technologies in Public Participation: A Challenge to Old Decision-making Institutional Frameworks", Ph.D. Thesis, MIT, Dept. Urban Studies & Planning, Cambridge, USA, May 2002. Publisher: MIT.

<https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/8521>

Ferraz de Abreu, P. (2001). " Towards a new framework for citizen mobility within modern democracy", CICSUG – INAH, Ciudadania Migrante y Democracia, Univ. Guanajuato, 8-9 March 2001

Rego, M. & Ferraz de Abreu, P. (orgs). (2001). "Bibliotecas & Novas Tecnologias", Actas do Colóquio 'Bibliotecas & Novas Tecnologias: Como combater a info-exclusão', co-organizado pela Camara Municipal de Lisboa e pelo CITIDEP, 11. 12 e 13 de Outubro de 2000, Forum Lisboa. Edição da Camara Municipal de Lisboa, Departamento de Cultura, 142 pags, ISBN 972-8695-06-3

Williamson, John (1993). "Democracy and the 'Washington Consensus.'" World Development. Vol. 21, No. 8. (Aug. 1993), pp 1329-1993.

Summers, Lawrence H. (1991). "GEP", Memorandum at the World Bank, December 12, 1991

Williamson, John, editor (1990). "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", Washington Institute for International Economics.